



O processo de implantação do Colégio Estadual de Bagé pelas páginas do Jornal Correio do Sul (1950-1955)¹

The Establishment of Bagé State School Through the Pages of *Correio do Sul* Newspaper (1950–1955)

El Proceso de Creación del Colegio Estatal de Bagé a Través de las Páginas del Periódico *Correio do Sul* (1950–1955)

Renan Silveira Camargo
Universidade Federal do Pampa (Brasil)
<https://orcid.org/0009-0001-3731-106X>
<https://lattes.cnpq.br/8856525605534813>
renansilvcamargo@hotmail.com

Alessandro Carvalho Bica
Universidade Federal do Pampa (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-2532-5007>
<http://lattes.cnpq.br/0637516284559113>
alessandrobica@unipampa.edu.br

Resumo

O foco deste estudo foi investigar o processo de implantação da atual Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Antônio Kluwe, em Bagé, durante a década de 50. Empregando análise documental, através da revisão das publicações do jornal Correio do Sul de 1950 a 1955, a pesquisa explorou como se deram as demandas sociais, os atores políticos chave no processo, e o impacto desse movimento para a trajetória educacional de Bagé. Fundado em 1914 por lideranças do Partido Federalista, o Correio do Sul consolidou-se como o principal veículo opositor ao dominante Partido Republicano Rio-Grandense na imprensa local. Tornou-se, em 1961, o único jornal impresso da cidade e manteve presença contínua até 2008. Por ser o único com acervo completo preservado na hemeroteca do Arquivo Público Municipal, constitui uma fonte documental privilegiada para o estudo do período. Os achados apontam para a importância histórica e educacional da escola, destacando a ativa participação da comunidade local e o papel decisivo do Prefeito Carlos Kluwe na inauguração dessa era de ensino secundário gratuito na região. Além disso, a escola se notabilizou como a primeira a oferecer, posteriormente, o segundo ciclo educacional completo, reafirmando seu papel pioneiro na promoção do acesso gratuito à educação.

Palavras-chave: Instituição Escolar; História da Educação; Expansão do Ensino; Segundo Grau; Ensino Médio.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado que investiga o processo de implantação da primeira escola pública de Ensino Secundário na cidade de Bagé.

Abstract

This study focused on investigating the implementation process of the current Dr. Carlos Antônio Kluwe State High School in Bagé during the 1950s. Using documentary analysis through a review of publications from the newspaper *Correio do Sul* between 1950 and 1955, the research explored how social demands emerged, who the key political actors in the process were, and the impact of this movement on Bagé's educational trajectory. Founded in 1914 by leaders of the Federalist Party, *Correio do Sul* established itself as the main opposition outlet to the dominant Republican Party of Rio Grande do Sul in the local press. In 1961, it became the city's only printed newspaper and maintained continuous circulation until 2008. As the only publication with a fully preserved archive in the Municipal Public Archive's newspaper library, it serves as a privileged documentary source for the study of the period. The findings highlight the historical and educational significance of the school, emphasizing the active participation of the local community and the decisive role of Mayor Carlos Kluwe in launching this new era of free secondary education in the region. Additionally, the school became known for being the first to later offer the complete second cycle of education, reaffirming its pioneering role in promoting free access to education.

Keywords: School institution; History of education; Expansion of schooling; Secondary education; High school.

Resumen

El objetivo de este estudio fue investigar el proceso de implantación de la actual Escuela Estatal de Enseñanza Media Dr. Carlos Antônio Kluwe, en Bagé, durante la década de 1950. A través de un análisis documental, basado en la revisión de las publicaciones del periódico *Correio do Sul* entre 1950 y 1955, la investigación exploró cómo se manifestaron las demandas sociales, quiénes fueron los actores políticos clave en el proceso y cuál fue el impacto de este movimiento en la trayectoria educativa de Bagé. Fundado en 1914 por líderes del Partido Federalista, *Correio do Sul* se consolidó como el principal medio opositor al dominante Partido Republicano Riograndense en la prensa local. En 1961 se convirtió en el único periódico impreso de la ciudad, con circulación continua hasta 2008. Al ser el único con acervo completo preservado en la hemeroteca del Archivo Público Municipal, constituye una fuente documental privilegiada para el estudio del período. Los hallazgos señalan la importancia histórica y educativa de la escuela, destacando la participación activa de la comunidad local y el papel decisivo del intendente Carlos Kluwe en la inauguración de esta era de enseñanza secundaria gratuita en la región. Además, la escuela se destacó por ser la primera en ofrecer, posteriormente, el segundo ciclo educativo completo, reafirmando su papel pionero en la promoción del acceso gratuito a la educación.

Palabras clave: Institución escolar; Historia de la educación; Expansión de la enseñanza; Educación secundaria; Enseñanza media.

Recebido: 12/02/2025

Aprovado: 21/06/2025

Plano de fundo

A cidade de Bagé foi fundada em 17 de julho de 1811, está compreendida na região sudoeste do Rio Grande do Sul, mais propriamente na Região da Campanha Meridional, e faz fronteira com a República Oriental do Uruguai. O município possui uma área de 4.096 Km², está distante 393 quilômetros da capital gaúcha, Porto Alegre, e 513 quilômetros da capital uruguaia, Montevidéu².

Atualmente o município possui 117.938 habitantes, de acordo com o Censo IBGE mais recente³. Tem como municípios limítrofes ao Norte, Lavras do Sul e Caçapava do Sul, ao Sul Aceguá e a República Oriental do Uruguai, ao Leste Hulha Negra e Candiota e ao Oeste Dom Pedrito e República Oriental do Uruguai, conforme mostra a figura abaixo:

Figura 1 -Localização de Bagé no Mapa do RS



Fonte: Wikipédia

Com a realização de tratados coloniais entre Portugal e Espanha, os luso-brasileiros expandiram o seu território, povoando-os em direção à região sul e oeste, fundando povoados, capelas e vilas, e assim, o Império brasileiro consolidava a posse destas localidades. Foi nesse processo de urbanização que Bagé esteve inserida no início de sua história, e desempenhou importância estratégica (RAMOS, 2006).

Ao relatar o processo de desenvolvimento econômico ocorrido na maioria das cidades gaúchas de fronteira, Ramos (2006) ressalta a efervescência de Bagé no século XIX: “Quanto ao aspecto urbano, Bagé apresentava-se bem urbanizada com suas 33 ruas, cinco praças e mais de mil casas [...]. Apesar da ocupação militar em seu nascedouro, a atividade econômica de Bagé estava concentrada na pecuária e na charqueada (p. 442)”.

Relevante e pioneiro pode ser considerado o papel cultural exercido por Bagé. Exemplo disso é que, em meados do final do século XIX, a cidade já recebia as principais companhias europeias de teatro e música, a partir das capitais Montevidéu e Buenos Aires. Em 1897, por exemplo, o cinema chega à Rainha da Fronteira um ano após ser lançado na França (LEMIESZEK; GARCIA, 2013).

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2010: Resultados Finais*.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares*.

Baseado em estatísticas relativas às arrecadações municipais, de 1908, Gonçalves (2006) revela que Bagé situava-se como a quarta maior economia do Estado, sendo o período áureo da economia do município ocorrido durante os governos do intendente José Otávio Gonçalves, que governou entre 1892 a 1913, com algumas interrupções.

Na década seguinte, Costa (1922) descreveu uma cidade bastante próspera e com um enorme aparato industrial e financeiro para os padrões dos anos 1920.

O município conta com cinco estabelecimentos saladeiris; uma fábrica de línguas; uma de corned-beef; dois curtumes; três fábricas de sabão e velas; duas de massas alimentícias; quatro caieiras; uma fábrica de fumo; uma de carrapaticida; fábrica de telhas francesas, mosaicos diversos; granjas, onde se fabricam queijo e manteiga; três fábricas de carros; duas de tamancos; uma de malas; duas de chinelos; cinco serrarias; três olarias; uma fábrica de gelo. Conta com filiais e agências do Banco da Província, Pelotense, Nacional do Comércio e do Brasil (COSTA, 1922, p.495).

Ainda neste contexto, Lemieszek (2000) descreve uma cidade pujante, com suas obras públicas, teatros exuberantes, clubes sociais, orquestras e grêmios literários, conquistas que eram frutos do progresso da Bagé do início do século XX.

Com a chegada do século XX, a população de Bagé, que girava em torno de 30 mil habitantes em 1900, aumentaria para 45 mil habitantes no ano de 1920 (FAGUNDES, 2005). Posteriormente, outro capítulo importante da história de Bagé ocorreu na Revolução de 1930. Sendo a cidade importante núcleo político riograndense, Lemieszek (1997) destaca que os novos rumos traçados no país após a implantação do Estado Novo, impulsionaram mudanças de ordem política que ocasionaram em uma constante ampliação e urbanização da cidade.

Por meados da década de 1930, aparecem sinais de que a economia não seguiria se desenvolvendo como antigamente. A queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, atinge diretamente o crescimento do setor civil. Além disso, o charque, principal produto exportado pelo município, entra em decadência, e o gado passa a ser destinado para frigoríficos que surgem em meados da década de 1940, substituindo as charqueadas (GONÇALVES, 2006).

Texto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, revela que a partir da década de 1950 a metade sul gaúcha passou a ter escassos investimentos financeiros. E Bagé, por sua vez, tem o seu desenvolvimento especialmente prejudicado pela intensificação da vigilância nas faixas de fronteira. Esse prejuízo é agravado durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, dificultando o desenvolvimento e restringindo áreas rurais para a segurança nacional (IPHAN, 2009).

Ainda assim, notando os Censos Demográficos da década 1950, Bagé possuía 66.172 habitantes, sendo um dos maiores centros urbanos gaúchos à época⁴. É nesse contexto de empobrecimento, e de conscientização de que a educação não estava chegando à maior parte da população jovem, que a luta pela expansão do ensino gratuito é intensificada no município.

Esse dinamismo econômico, somado à presença de instituições privadas de ensino e a uma vida educacional ativa, com grêmios, clubes literários e circulação de ideias entre as metrópoles sulamericanas, contribuiu para consolidar um ambiente intelectualmente fértil. Assim, a demanda por uma escola pública gratuita na década de 1950 não surgiu isoladamente, mas foi impulsionada por uma estrutura educacional já existente.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Demográfico 1950: Resultados Finais*.

A própria imprensa local repercutia esse sentimento coletivo de inconformidade: “Bagé que contribui com parcela tão vultosa para os cofres da União e do Estado, espera que os seus altos dirigentes satisfaçam a justa aspiração de termos mais um instituto educacional, para o preparo devido da nossa mocidade” (Correio do Sul, 1952, p. 5).

A implantação do Colégio Estadual, portanto, insere-se como resposta a uma expectativa nutrida por uma cidade que reivindicava retorno de seu protagonismo regional por meio de novas alternativas e novos investimentos em educação.

Contexto educacional brasileiro

No Brasil, a história da educação revela uma série de transformações políticas, sociais e culturais que acompanham os rumos do país. Nesse contexto, a expansão do nível secundário tem papel fundamental para a gradual democratização do ensino, visto que as poucas instituições públicas disponíveis até a década de 1950 eram locais de exclusividade e excelência, disputadas por exames de seleção e ocupadas por jovens de classe média e alta (VEIGA, 2008).

“Instrução secundária”, “ensino secundário”, “educação secundária”, “curso ginásial” e “curso secundário fundamental” foram algumas das denominações dada ao nível escolar que antecedia os cursos superiores, conforme relembram Pessanha, Assis e Silva (2017).

Durante o período de 1930 a 1960, Bittar (2012) destaca que, apesar de ser possível notar no Brasil uma expansão em todos graus de ensino, continuavam persistindo traços de elitismo e exclusão no sistema educacional.

Na memória da escola brasileira, a escola pública, pelo menos nos primeiros 60 anos do século XX, era tida em alta conta pela sociedade. Em geral, os grupos escolares, os ginásios, cursos de científico e Escola Normal públicos eram estabelecimentos de ensino considerados de excelência, cujas vagas eram disputadas por exames de seleção, e frequentadas por pessoas oriundas das classes média e alta (VEIGA, 2008, p. 502).

O ensino secundário enquanto local de reprodução de descriminação é descrito por Cury (1998). Para o autor, o nível de ensino refletia a perversa realidade brasileira, elitista e seletiva, sem destinação social.

Dallabrida (2009) destaca que o ensino secundário não era contemplado pela atuação dos poderes públicos federal e estaduais, e da mesma forma também destaca que esse nível de ensino, até a década de 1920 foi dominado pelas instituições privadas.

Segundo Gertz (2007) foi após o ano de 1925 que um interesse pela difusão do ensino secundário passou a ser notada, com a reorganização desse nível constituindo um núcleo que orientou novos rumos. Em contraste com os debates em vigor naquele período, desta vez as soluções para a educação secundária pareciam modestas, possuindo uma estagnação e tendência de continuidade.

Simultaneamente, uma parte da elite gaúcha, especialmente a de intelectuais, demandavam a ampliação desse nível de ensino. Gil (2020) cita relatório em que demonstra ação do então Intendente de Porto Alegre, Octavio Francisco da Rocha, em municipalizar o Ginásio Anchieta, em 1926, intitulando-o a partir de então “Ginásio Municipal Anchieta”. Anteriormente, esta era uma instituição privada, gerenciada por jesuítas. Com a municipalização, passou a adotar a mesma programação do Colégio Pedro II. E em acordo com a municipalidade, estabeleceu-se o comprometimento da instituição em admitir 20 alunos gratuitamente.

Foi somente com a chamada “Reforma Francisco Campos”, em 1931, que se instaurou oficialmente no Brasil inteiro a ideia de modernização do ensino secundário, conferindo, na teoria, organicidade à cultura escolar deste nível. Segundo explica Dallabrida (2009), uma série de medidas foram criadas, entre elas: o aumento do número de anos do curso secundário; sua divisão em ciclos; a frequência obrigatória dos alunos às aulas; e um detalhado e rígido sistema de avaliação discente.

Neste contexto, cabe destaque ao Decreto-lei nº 4.144, onde o ensino secundário passou a ser ministrado em dois ciclos: o primeiro em um curso de quatro anos, chamado de ginásial; e o segundo que seria compreendido por dois cursos paralelos de três anos, o clássico e o científico. O curso científico voltado para o estudo de ciências, e o clássico, que visava uma formação intelectualizada com foco na filosofia e ciências humanas, por exemplo. A nomenclatura dada às instituições de ensino também seria distinta: o ginásio, nome dado àqueles do primeiro ciclo; e o colégio, que seria destinado ao ciclo ginásial e a ambos cursos do segundo ciclo (JOSGRILBERT, 2015).

Prova do descaso predominante por anos, pode ser percebida no Censo de 1940⁵, onde foram registrados 56,17% de analfabetos na população com idade acima de 15 anos. A realidade passou a ter pequena mudança à medida em que, na Constituição de 1946, ficou prevista a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Fato que só ocorreu em virtude da pressão de intelectuais que, em 1932, iniciaram o Manifesto da Escola Nova, atribuindo ao Estado o dever da garantia de escola pública, obrigatória, gratuita e sem vínculos com a Igreja (LINARES, 2011).

Um outro fenômeno que explica o surgimento de algumas iniciativas de expansão do ensino público no Brasil durante esse período também pode ser encontrado logo depois o segundo pós-guerra, em um processo histórico de ampliação do Estado. De acordo com Gomes (2021), este é um contexto onde atuavam movimentos de educação e cultura popular, que surgem na intersecção entre Estado e sociedade civil, implicando demandas sociais para a categoria política e modificando conceitos tradicionais de cultura popular.

Não é equívoco dizer que esse, entre outros fenômenos resultaram em movimentos e pensamentos que podiam se traduzir na defesa da educação estatal e pública para todos, cujo intuito provinha de um sentimento de nação, onde o estado deveria formar seus indivíduos para uma vida social. Isso se dava porque os movimentos de cultura e educação popular se desenvolveram nesse contexto de ruptura em relação às concepções pré-estabelecidas do que significaria, de fato, a educação popular no Brasil (GOMES, 2021).

Dos estabelecimentos secundários funcionando no ano de 1953, 616 estavam nas capitais, e 1152 nas cidades do interior do Brasil. De acordo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos haviam 1253 cidades brasileiras sem nenhuma instituição a ofertar nível secundário, seja público ou privado (ABREU, 2005)

É nesta década de 1950 que a demanda pelo sistema educacional brasileiro dispara. A exemplo do sistema primário, que sai de 4.352.000 alunos para 7.141.000, um acréscimo de mais de 70%. No nível médio, ou segundo grau, os matriculados, que no início do ano de 1950 eram 540.000 alunos, dez anos depois saltam para 1.177.000 (SCANDELAI, 2011). Analisando-se as matrículas em 1954, verificamos que assim eram distribuídas:

⁵ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v3_br.pdf

Quadro 5 - Matrículas por ciclo e série em 1954 no Brasil

1º ciclo (ginasial)	1ª série	168.009	459.489
	2ª série	127.297	
	3ª série	93.980	
	4ª série	70.203	
2º ciclo (colegial)	1ª série	35.559	76.286
	2ª série	22.612	
	3ª série	18.115	
Total			535.775

Fonte: Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura

Ainda conforme relata Abreu (2005), com base nos dados do Ministério da Educação e Cultura, das 1.771 escolas secundárias existentes, todas com o curso ginásial (primeiro ciclo), apenas 714 ministram ensino de segundo ciclo. Esses cursos eram 529 do tipo “científico” e 189 do tipo “clássico”. Além disso, 435 eram públicas, e 1336 particulares.

No caso das regiões mais distantes da capital ou de grandes cidades, esse desenvolvimento da procura e acesso à educação foi mais lento e demonstrava uma resistência de grupos dominantes, sobretudo das oligarquias vinculadas aos setores agropastoris. Estes não tinham interesse em mudanças que pudessem vir a comprometer o seu *status* local. Conforme detalhe Araújo (2007), para esses grupos a prioridade era garantir mão de obra não qualificada, analfabeta e/ou semianalfabeta, para que assim pudesse manter a produção em seus latifúndios.

Bica (2013) sustenta que, no ano de 1904, no município de Bagé, se instalou o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora voltado a estudantes do sexo masculino, e um ano depois, instalasse o Colégio Espírito Santo, voltado para o sexo feminino. Ambas instituições pertencentes a congregações eclesiásticas e voltadas à elite local. Na década de 1950, junto a estas, soma-se o Ginásio Perseverança, também voltado ao público feminino, totalizando três instituições ginásiais a ofertar o primeiro ciclo secundário na cidade de Bagé, todas de caráter privado (CORREIO DO SUL, 1952).

No entanto, Vieira (2020) descreve o cenário educacional brasileiro dos anos 1950 como um espaço-tempo de florescimento no que diz respeito a posições teóricas e iniciativas de renovação do ensino secundário. Neste momento, esta etapa do ensino havia se estabelecido definitivamente enquanto pauta da vez. Fatores que podem ser plenamente observados também no contexto da cidade de Bagé.

Dante desse panorama, a criação de um colégio estadual em Bagé, na década de 1950, deve ser compreendida não apenas como uma resposta pontual a demandas educacionais locais, mas como parte de um processo mais amplo de transformação do sistema de ensino brasileiro, marcado por disputas simbólicas, interesses econômicos e reconfigurações políticas. Conforme Gatti Júnior (2007), a história das instituições escolares não pode ser reduzida a sua função pedagógica, pois elas operam também como mecanismos de legitimação social, incorporando memórias, práticas e objetos que reforçam estruturas de poder e promovem sentidos compartilhados de modernidade, progresso e prestígio. Nesse sentido, compreender a trajetória do Colégio Estadual de Bagé implica inseri-lo em uma tessitura mais complexa, em que a escola se apresenta como produto e produtora de seu tempo. Como reforça o autor, historiar uma

instituição educativa significa situá-la dentro do sistema educativo mais amplo e articulá-la às dinâmicas locais e regionais que influenciam sua constituição e permanência (GATTI JÚNIOR; OLIVEIRA, 2002). Trata-se, assim, de compreender a escola como espaço de síntese de múltiplas temporalidades e lógicas de pertencimento, em constante diálogo com as transformações sociais, políticas e culturais do território em que está inserida.

A partir da perspectiva de Maria Helena Camara Bastos (2016), a atuação de docentes e pesquisadores da história da educação deve estar ancorada em uma postura crítica, que compreenda o passado e o presente como ferramentas fundamentais para a formação do futuro. Para a autora, é imprescindível que o campo se desenvolva por meio de abordagens interdisciplinares e sensíveis às realidades sociais e educacionais em que se insere.

Metodologia e análise

Este trabalho foi realizado através de uma pesquisa documental, descritiva e de análise qualitativa. Com base nos acervos explorados e na coleta de dados aplicada, esta pesquisa se classifica como documental. Como explicam Sá-Silva; Almeida & Guindani (2009), a pesquisa documental busca criar novas formas de compreensão de fenômenos e a oportunidade de conhecer a forma com que estes foram desenvolvidos.

Cellard (2008) nos leva a refletir sobre a complexidade em definir o que é um documento. Ele sugere que um documento, em sua essência, funciona como uma prova - um registro escrito que, legalmente, valida a veracidade do que afirma. Sua função é registrar, atestar ou comprovar fatos e acontecimentos. Para Cellard, essa definição captura a multifuncionalidade dos documentos, destacando seu papel crucial em fornecer evidências e registros fiáveis.

o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüente ente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Cellard (2008) também expande o conceito de documento para qualquer vestígio do passado que sirva como testemunho. Esta visão abrange não apenas textos escritos, mas também documentos visuais e cinematográficos, além de outros tipos de registros, como os jornais, por exemplo.

Os jornais, panfletos e revistas sempre foram ferramentas valiosas para a pesquisa histórica, oferecendo uma rica variedade de perspectivas e temas. Desde o século XIX até os dias atuais, esses materiais impressos, que abrangem desde publicações locais e nacionais até aquelas de cunho especializado, militante, alternativo ou humorístico, fornecem um vasto campo para análise. Os historiadores têm à disposição editoriais, colunas sociais, seções de economia e política, notícias, artigos, cartas dos leitores e crônicas, permitindo-lhes mergulhar em análises sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa diversidade de conteúdos abre caminhos para interpretar a história através de viés social, político, econômico e/ou cultural (LEITE, 2015).

Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins, em sua obra Imprensa e Cidade (2006), questionam: seria prudente confiar no que está nos jornais, televisão e rádio? A dúvida, se não é recente, ganha contornos particulares ao se tratar da imprensa como fonte para pesquisas históricas. Ainda que a objetividade absoluta tenha sido colocada em xeque pela crítica

epistemológica, isso não autoriza o abandono da ética ou da função social do jornalismo. Pelo contrário, é justamente a consciência dos limites da objetividade que deve reforçar o compromisso com a veracidade e com o interesse público. A imprensa, nesse sentido, continua sendo um lugar de mediação simbólica entre os fatos e a sociedade, e por isso precisa ser interrogada, historicizada e compreendida em suas condições de produção.

Vários estudiosos têm chamado atenção para o fato de os temas abordados e as opiniões apresentadas na imprensa responderem menos aos interesses coletivos dos cidadãos do que àqueles defendidos por certos grupos políticos e econômicos. Essa constatação revela a seletividade da notícia e a orientação editorial muitas vezes enviesada, fatores que se acentuam em determinados contextos históricos, como o dos anos 1950, marcados por intensos embates ideológicos e pela consolidação de projetos de poder. Soma-se a isso a tendência de privilegiar conteúdos mais atrativos ao leitor, mesmo que irrelevantes do ponto de vista cívico. O leitor, assim, é tratado menos como sujeito político e mais como consumidor, o que compromete a função pública da imprensa enquanto instrumento de formação crítica.

Nesse contexto, é fundamental compreender que os jornais não devem ser lidos como retratos fiéis da realidade, mas como construções discursivas situadas em práticas sociais e mediadas por interesses específicos. Roger Chartier (2000, p. 209) já alertava para o risco de projetar sobre os textos passados categorias anacrônicas, como a da neutralidade ou da autoria desinteressada. O mesmo vale para a leitura da imprensa: é preciso considerar os usos sociais dos jornais, seus propósitos práticos e suas funções políticas em cada época. Como defende Michel de Certeau, “ler é produzir” (CERTEAU, 1994, p. 244), ou seja, toda leitura histórica deve interrogar o texto com base em seu contexto de produção. Questionar a confiabilidade da imprensa como fonte não significa descartá-la, mas compreendê-la como parte do processo de construção da memória histórica.

No nosso trabalho, as fontes de dados são majoritariamente jornais impressos, mais precisamente das edições do jornal Correio do Sul, de Bagé/RS, analisados entre os anos de 1950 e 1955 e registradas as matérias de interesse por meio de fotografia digital. O período escolhido foi aquele condizente com o objetivo de compreender o processo de implantação da instituição em questão. O Correio do Sul é o único jornal a ter todas as edições disponíveis ininterruptamente na Hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Bagé, o que possibilita uma melhor compreensão para as pesquisas que adotam o jornal como fonte.

A escolha do jornal Correio do Sul como principal fonte documental desta pesquisa também se justifica por sua expressiva circulação e influência no cenário bageense, sobretudo durante a década de 1950. Fundado em 1914, o Correio do Sul surgiu com o objetivo de se contrapor ao jornal O Dever, que representava a política republicana tradicional no município (PIMENTA, 2021). Desde sua origem, portanto, o periódico ocupou uma posição de enfrentamento discursivo e político, consolidando-se como espaço de disputa simbólica no campo da imprensa local. O campo da imprensa, nesse período, estava fortemente marcado por embates ideológicos, funcionando não apenas como mediador de notícias, mas como agente ativo nas disputas políticas municipais.

Além disso, conforme destaca Pimenta (2021), durante o ano de 1961, a exemplo, foi o único jornal a circular na cidade de Bagé. Fator que comprova a sua relevância, dada a importância da cidade no cenário estadual, bem como a força do impresso como meio de comunicação e informação naquele período.

É por meio dos jornais que se torna possível compreender e relacionar processos ocorridos nas sociedades, e dificilmente serão detalhadas de tal forma em qualquer outro tipo de fonte. Conforme destaca Leite (2015) uma série de debates relevantes está registrado na imprensa, como e posições políticas, ideológicas, econômicas, lutas sociais, costumes, práticas e grupos sociais e eventos culturais.

É essencial lembrar que a busca pelo poder muitas vezes se expressa através da influência sobre a opinião pública. Por isso, quando usamos os jornais como material de pesquisa, é importante ter cautela por conta de algumas questões. Jornalistas enfrentam uma série de pressões: a corrida para publicar notícias atualizadas, o desafio de encaixar suas histórias no limitado espaço disponível, além das inclinações políticas dos proprietários dos jornais, que podem afetar diretamente a segurança de seus empregos. Todos esses fatores podem influenciar a forma como as informações são apresentadas ao público (CARNEIRO, 2014).

Por meio das edições do Correio do Sul, dentro do período citado, foi feita uma leitura minuciosa de todas as edições, em busca de matérias, colunas ou quaisquer citações que fizessem menção: i) ao Ginásio Municipal de Bagé; ii) à ideia de nível secundário gratuito; iii) pauta da educação direta ou indiretamente ligada ao objetivo deste trabalho.

Com isso, registrou-se 87 matérias, divididas da seguinte forma quando agrupadas por ano de publicação:

Quadro 9 - Matérias Encontradas por Ano

ANO	1950	1951	1952	1953	1954	1955
MATÉRIAS	7	25	20	7	6	22

Fonte: Do Autor

Categorizando quanto ao conteúdo, podemos fazer o agrupamento em 12 categorias distintas entre si. Vale ressaltar que algumas matérias podem ser encaixadas em mais de uma categoria. Foram criadas as categorias:

- i) **Análises Educação Geral** - artigos e matérias do jornal, sejam análises ou demandas, sobre a situação da educação, principalmente suas lacunas;
- ii) **Avisos e Convocações** - espaço do jornal que instituições de ensino utilizavam para divulgar seus processos seletivos, editais e outras informações relevantes;
- iii) **Demandas Ginásio Gratuito pelo Jornal**: matérias onde a linha editorial era reivindicar a existência de um ginásio gratuito;
- iv) **Demandas Ginásio Gratuito pela Sociedade** - o mesmo que a categoria anterior, mas agrupando matérias de reivindicações feitas pela sociedade civil, estudantes e políticos;
- v) **Desdobramentos da Implantação** - notícias sobre o andamento das obras e dos trâmites burocráticos e legais envolvidos no processo;
- vi) **Desdobramentos da Não-Implantação** - como o processo de implantação do Ginásio Municipal não foi linear e contou com percalços, esta categoria agrupou matérias referentes a estas repercussões.
- vii) **Leis** - publicações de leis, na íntegra, referentes ao processo de implantação;
- viii) **Movimento Estudantil** - matérias que repercutiam as ações e o cotidiano do Movimento Estudantil e entidades como a UBES;

ix) **Notícias Instituição em Funcionamento** - após o funcionamento do Ginásio Municipal, matérias que registram o seu cotidiano, como formaturas, convocações e processos seletivos;

x) **Outras Instituições de Ensino** - notícias envolvendo outras instituições de ensino, principalmente de nível secundário;

xi) **Repercussão Poder Municipal** - opiniões de vereadores, atos de prefeitos, embates e registros políticos registrados pelo jornal;

xii) **Repercussão Poder Estadual** - as repercussões da pauta da implantação do primeiro Ginásio gratuito em Bagé sendo debatida pelo Governo do Estado, normalmente na Assembleia Legislativa.

Quadro 10 - Matérias Encontradas por Categoria

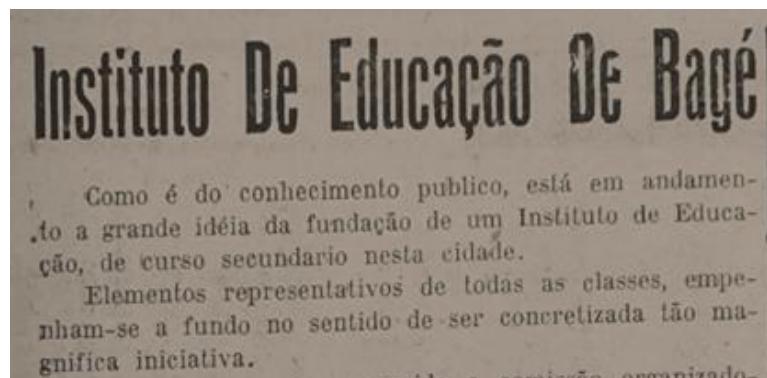
	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Análises Educação Geral	3	2	5	-	-	5
Avisos e Convocações	-	-	-	-	5	11
Demandas Ginásio (Jornal)	1	2	-	-	-	-
Demandas Ginásio (Sociedade)	1	3	-	-	-	-
Desdobramento Implantação	-	2	4	2	-	-
Desdobramento Não-Implantação	-	-	1	1	-	-
Leis (íntegra)	-	1	-	-	-	-
Movimento Estudantil	-	9	-	-	-	1
Notícias em Funcionamento	-	-	-	-	1	5
Outras Instituições de Ensino	2	2	5	1	-	-
Repercussão Poder Municipal	-	1	4	2	-	-
Repercussão Poder Estadual	-	3	1	2	-	-

Fonte: Do Autor

Apresentação dos resultados

Foram filtrados os principais materiais que contribuem com a elucidação dos objetivos e a construção da narrativa histórica desta etapa do trabalho.

Figura 1 – “Instituto de Educação de Bagé” - Correio do Sul (21/06/1952)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Aqui, nesta matéria já de 1952, é possível situar-se na mobilização de uma comissão, em andamento. Naquele momento, era importante observar que a movimentação se dava no sentido de pleitear o instituto ao Governo do Estado.

Como é do conhecimento público, está em andamento a grande ideia da fundação de um Instituto de Educação, de curso secundário nesta cidade. Elementos representativos de todas as classes empenham-se a fundo no sentido de ser concretizada tão magnífica iniciativa. Ainda ontem, esteve reunida a comissão organizadora, composta do Sr. José Moglia e dos Drs. Otávio Santos, Telmo Candiota da Rosa, Oscar Salis Filho e Camilo Gomes, que debateu amplamente o assunto em todos os seus aspectos. Ficou resolvido credenciar o presidente da comissão, Sr. José Moglia, para, em Porto Alegre, ter entendimentos com os altos poderes do Estado para obter o apoio a tão benemerita realização. A comissão está ultimando o projeto dos Estatutos que serão submetidos a uma próxima assembleia geral (CORREIO DO SUL, 21 de junho de 1952, p.6).

Aqui, podemos perceber outras duas questões: o otimismo de um dos principais jornais da cidade em abordar o tema do ginásio público; e a preocupação, também da linha editorial, em abordar a questão da pobreza e a exclusão do ensino, algo que já saltava aos olhos daquela sociedade.

Como é do conhecimento público, Bagé está em pleno desenvolvimento de prosperidade. Seguidamente surgem espíritos magnanimos, capazes de levarem a cidade à altura de ser mais querida pelos nativos e admirada por quem a conhecer. De acordo com determinações governamentais e de classes representativas, temos diversas ressalvas aos menos favorecidos pela sorte: asilos, albergues, abrigos, hospitais etc., e desses inúmeros acontecimentos que orgulham uma cidade e uma

nação, refiro-me sobre o ideal em tão boa hora vindo na mente dos srs. José Moglia, drs. Otavio Santos, Telmo C. da Rosa, Oscar Salis Filho, Camilo Gomes e sra. Melanie Granier (professora). de criarem um Instituto Educacional ginásial de maneira que a "Rainha da Fronteira" estará dentre em breve, dotada com mais essa iniciativa que levará a luz do conhecimento a muitos jovens esperançosos e que desejam melhores dias. De parabéns estão, pois, os bageenses, a mocidade estudiosa e principalmente esses progressistas idealizadores de bons êxitos, para verem o Brasil grande e forte; de parabéns estão, os humildes, os pobrezinhos que dedicam a parte do dia em seus "ganha-pãos" e que também são filhos de Deus. Só assim marcharemos para um ótimo futuro, tirando a mocidade da miséria e obscuridade em que se encontra (CORREIO DO SUL, 09 de julho de 1950, p.8).

Além deste otimismo e da visão do ensino gratuito enquanto ferramenta de promoção da igualdade, fica claro a ideia do nível secundário elitizado. Os mobilizadores desta iniciativa, inclusive, são destacados enquanto idealizadores progressistas. Ao mesmo tempo em que ocorrem movimentações para democratizar o ensino, com reivindicações de uma instituição ginásial gratuita, o jornal aborda fatores que dificultam o acesso.

Seriam as dificuldades relatadas: "taxas de ensino elevadas, livros caríssimos, uma complicada burocracia para inscrição e finalmente, para o embaraçar, a exigência de atestados médicos, com firmas reconhecidas em cartório, inoportunos e inadequados (CORREIO DO SUL, 8 de dezembro de 1950, p.3)"

Apesar de muitas vezes surgir a demanda por uma instituição "leiga", o que indica seu caráter laico, essas propostas recebiam frequentemente o apoio majoritário da sociedade. Além disso, o empenho do Venerável Antonio Guedes, líder religioso, é um pequeno exemplo do caráter universal da iniciativa, incentivada por todos os matizes que compunham a sociedade bajeense.

Na seguinte matéria, relatos do jornal sobre o Projeto de Lei apresentado pelo deputado estadual Valdomiro Domingues, PTB, na Assembleia Legislativa.

Figura 2 – "Projeto de Lei do Deputado Valdomiro Domingues" - Correio do Sul (07/03/1951)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Na Sessão de anteontem da Assembleia Legislativa, o deputado Valdomiro Domingues fez um longo discurso sobre os problemas sociais e econômicos de Bagé, finalizando por apresentar um projeto de lei criando nesta cidade um ginásio gratuito a ser instalado e mantido pelo Estado. **A iniciativa do ilustre parlamentar corresponde a uma aspiração generalizada do nosso povo**, como testemunham movimentos de união; repetidamente processados entre nós, nos quais se têm salientado elementos dedicados e amigos da instrução pública. Ainda há poucos dias, o deputado bageense Cândido Norberto ocupou-se do assunto, com oportunas e brilhantes considerações expandidas da tribuna da Câmara Estadual (CORREIO DO SUL, 07 de março de 1951, p.6).

Muitas foram as vezes em que parlamentares defenderam a criação do Ginásio Gratuito por vias do governo estadual. Mas fato é que, poucas eram as iniciativas estaduais na ampliação do ensino público de nível secundário. Além disso, o período é marcado por uma ausência de iniciativas na democratização deste grau de ensino, com oferta modesta e dispersa em território gaúcho.

Ainda na Assembleia Legislativa, busca enfrentar esse crônico problema, defendendo a criação de um Ginásio Gratuito para Bagé, o deputado estadual Cândido Norberto, do PL, natural da cidade.

Um Ginásio Gratuito Para Bagé, Pleiteia-o da tribuna da Assembleia dos Representantes o deputado bageense Cândido Norberto. Na sessão de Sexta-feira última, da Assembléia dos Representantes, falou o deputado conterrâneo Cândido Norberto pleiteando dos poderes públicos do Estado a criação de um Ginásio gratuito para Bagé, à exemplo do que já existe em outras cidades riograndenses. Durante seu discurso, o "Correio do Povo" publicou, em sua edição de ontem, o seguinte resumo: Seguiu-se na tribuna o Sr. Cândido Norberto, que advogou para Bagé uma das mais sentidas reivindicações da mocidade daquela cidade (CORREIO DO SUL, 04 de maio de 1951, p.2).

Bagé, que teve parte de seu apogeu econômico no início do século XX, havia passado por crises até chegar no ano de 1950, embora, ainda, como uma das principais cidades gaúchas. Era comum que lideranças locais utilizassem como argumento o fato de existirem ginásios gratuitos em outros locais, até mesmo, em cidades menores.

A matéria a seguir, discute e elogia a iniciativa do deputado Valdomiro Domingues em promover a educação inclusiva por meio da proposta do ginásio estadual gratuito.

Não se pode regatear louvores ao deputado Valdomiro Domingues propondo a criação de um ginásio estadual gratuito nesta cidade, com o objetivo de ministrar o ensino secundário. A grande verdade é esta: imensa maioria dos nossos escolares, terminados os estudos primários, não pode continuar sua instrução por falta de recursos. Há, como é sabido, dois cursos de ensino quase proibido aos pobres ou aos dotados de escassos recursos financeiros: o secundário e o superior. Se o primeiro atinge um custo elevadíssimo, o que dizer do último? Este, muitas vezes, é reservado somente aos ricos(CORREIO DO SUL, 08 de março de 1951, p.3).

O Jornal Correio do Sul, como já destacado, o principal impresso de Bagé à época, por muitas vezes utilizou suas editorias para argumentar e repercutir positivamente as iniciativas apresentadas. Como é o caso da publicação acima, quando elogiou e amplificou a atuação do deputado Waldomiro Domingues.

A mobilização e o debate entre diversos deputados em torno da proposta de um ginásio gratuito em Bagé é um dos primeiros sintomas do reconhecimento da educação como prioridade por parte de alguns políticos. A pressão da sociedade influenciava e ecoava nos plenários. Além disso, reforçava o tema enquanto “bola da vez” no estado, quiçá no país.

Figura 3 – “Está na hora da conjugação de esforços” - Correio do Sul (11/03/1951)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Após longas considerações no mesmo sentido, sempre aparteado por membros de todas as bancadas, o deputado conterrâneo abordou:

SR. CANDIDO NORBERTO — Bem, senhor Presidente e senhores deputados, dou por concluída minha fala nesta tribuna na data de hoje. É chegada a hora de lançar as últimas palavras; peço apenas ao Executivo e ao Legislativo riograndense, e aos próprios executivo e legislativo municipais, que deem atenção aos justos reclamos que vêm da terra daquele que tantas luzes transmitiu aos brasileiros, Gaspar Silveira Martins (muito bem)! É a terra do Gaspar Silveira Martins, milionário de cultura, prodigo na distribuição de luzes por toda a pátria brasileira, que vem a este plenário pedir um pouco de facilidades para que a sua gente moça e pobre encontre um ginásio seu e gratuito, leigo e amigo, pronto para proporcionar-lhe aquilo que lhe é absolutamente indispensável: o ensino (Muito bem, palmas).

Como se vê, foi veemente o apelo do deputado conterrâneo, no sentido de auxiliar, da cadeira que ocupa por delegação do povo, na Assembleia, o velho desejo dos filhos idealistas de Bagé, que há tanto se batem pela consecução do seu ginásio gratuito.

Para obter o fim visado, entretanto, mister se faz a renovação dos esforços tantas vezes dispendidos pelos que de há muito vêm se interessando por essa obra de elevado alcance social: o ginásio gratuito para Bagé (CORREIO DO SUL, 11 de março de 1951, p.2).

Conforme avança o tempo, a ideia de um ginásio gratuito em Bagé ganha impulso e adesão generalizada, gerando entusiasmo e expectativa a diversos setores da comunidade. A visita de uma comissão representativa à redação do jornal, composta por lideranças locais, simboliza a mobilização ampla e determinada pela causa educacional, marcando um apoio significativo para o avanço e a concretização desse projeto. Assim revela o trecho da edição do dia 14 de março de 1951:

Ontem à noite recebemos, quando se achava pronto todo o noticiário que hoje, celebramos a respeito, a visita dos srs. José Torres Rodrigues, dr. Carlos Frederico Moritz, vereador Zoroastro Lamote e major João Alves, que nos vieram solicitar apoio à campanha que ora se promove para a obtenção de um ginásio gratuito em Bagé. Essa comissão foi nomeada em reunião havida no dia 10 de agosto último no auditório do Grupo Escolar Silveira Martins, e levada a efeito com o objetivo de se estudar as medidas imprescindíveis para a consecução daquele alto benefício. Dentre as deliberações tomadas por essa comissão, no sentido de concretizar o movimento em prol do ensino secundário gratuito nesta cidade, foram passados diversos telegramas às autoridades estaduais, tais como os srs. coronel Ernesto Dorneles, governador do Estado; dr. Julio Marino de Carvalho, secretário da Educação; dr. Emilio Mabil. De Rippoll, superintendente do Ensino Secundário, e aos deputados Cândido Norberto, Lino Braun e Valdomiro Domingues, assim como visitas às autoridades, diretórios políticos locais e a todas as entidades de classe, associações e sindicatos, a fim de que todas se manifestem a respeito. Uma das primeiras visitas levadas a efeito foi ao dr. Carlos Kluwe, governador da comuna, não somente por ser a autoridade principal do município como também por ser um dos que mais têm se preocupado com o ensino primário, secundário e técnico profissional. O dr. Carlos Kluwe, ao receber a comissão, tomou conhecimento de sua atividade, tendo palavras de simpatia para com o movimento, muito principalmente porque há uma perfeita identidade de ação nesse particular, assunto que sempre foi uma das suas grandes preocupações (CORREIO DO SUL, 14 de março de 1951, p.3).

Já no dia 15 de março de 1951, a comissão em prol do ginásio gratuito em Bagé intensifica seus esforços, estendendo suas visitas a uma ampla gama de entidades locais. Este avanço demonstra a união da comunidade em torno da iniciativa, engajando desde clubes sociais e partidos políticos até sindicatos e associações comerciais.

São associações e entidades em que a comissão visita para concluir apoio (CORREIO DO SUL, 15 de março de 1951, p. 4): Caixeiral, Recreativo Brasileiro, Sociedade dos Amigos de Bagé, Rotary Club; diretórios municipais dos Partidos Libertador, União Democrática Nacional, Social Democrático, Trabalhista Brasileiro, Social Progressista e outras associações comerciais, rurais e dos varejistas, sociedades recreativas Maio e Palmeira; Sociedade Esportiva e de Socorros Mútuos Lira Bageense, União Operária, Sociedade dos Amigos dos Padeiros, Protetora dos Artistas, dos Chauffeurs, dos Cortadores, Saca Rolha, Associação dos Trabalhadores em Geral de Bagé; Sindicatos dos Lojistas, da Construção Civil de Grandes Estruturas, dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário, dos Comerciários e dos Contabilistas.

No que se refere ao primeiro registro de ação concreta, podemos destacar esta que é destaque na matéria abaixo. A Lei Municipal nº 153 cria o então chamado Ginásio Municipal de Bagé, agregando materialidade à ideia de instituição secundária gratuita, uma vez que adquiria o prédio que, embora não viria a funcionar por administração da municipalidade, posteriormente seria encampado pelo governo do estado em ato derradeira de êxito às tantas demandas.

Figura 4 – Lei que institui o Ginásio Municipal é Sancionada - Correio do Sul (14/06/1951)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

O Dr. Carlos Kluwe, que ingressa ao cargo de prefeito tendo a educação como prioridade e expandido o número de bolsas de estudo para a juventude carente ingressar na rede privada, tem importante iniciativa frente às incessantes demandas da sociedade civil, que também fora sua idealização própria. A promulgação da Lei Municipal N° 153, portanto, marca um momento histórico.

Lei Municipal nº 153

Cria o GINÁSIO MUNICIPAL e dá outras providências

Dr. Carlos Kluwe, Prefeito Municipal de Bagé. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º — Eis do que é criado, sob a denominação de GINÁSIO MUNICIPAL, um ginásio gratuito, com as características seguintes: regime de externato, ensino e frequência mista.

ARTIGO 2º — Para sede do mesmo será providenciado o edifício pertencente ao patrimônio municipal, denominado PALACETE PEDRO OSORIO, situado à avenida Silveira Martins n.º 1436 (CORREIO DO SUL, 14 de junho de 1951, p.2).

Com a criação do Ginásio Municipal, a cidade dá um passo importante na garantia de que a educação secundária seja oferecida gratuitamente. No entanto, alguns entraves ocorrem com essa primeira tentativa. Não apenas dificuldades burocráticas, como também financeiras. Como fica evidente em diversas matérias, que o Governo Municipal passava por escassez de recursos para novos investimentos, e além disso, o ensino secundário se trataria de uma iniciativa ainda cara aos cofres públicos.

Mais uma sessão extraordinária realizou-se ontem na Câmara de Vereadores. Além do pedido de 120 mil Cruzeiros ao governo do Estado, como auxílio ao Ginásio Municipal, proposto pelo vereador Iolando Machado, nada de importância foi registrado no decorrer da reunião de ontem. Nova sessão foi convocada para hoje (CORREIO DO SUL, 06 de dezembro de 1951, p.8).

O artigo do Dr. Eurico Salis publicado na edição de 05 de janeiro do jornal Correio do Sul, traz à tona graves preocupações com os problemas financeiros enfrentados pelo município. Ao mesmo tempo, propõe solução pragmática: a entrega do prédio para uso do Ginásio Perseverança, instituição privada gerida pela professora. Melanie Granier.

Figura 5 – “O oportuno Aproveitamento do Edifício” - Correio do Sul (05/01/1952)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A solução publicada pelo jornal, frente à falta de recursos e o revés na tentativa de funcionar o ginásio municipal, era que o papel da municipalidade continuasse restrito à distribuição de bolsas de estudos. Além do mais, fica evidente que o entrave burocrático para o funcionamento da instituição municipal não era tratado como algo de fácil solução, sendo apontado como alternativa, inclusive, a entrega do prédio à uma instituição privada do município que estava devidamente assistida por um fiscal federal.

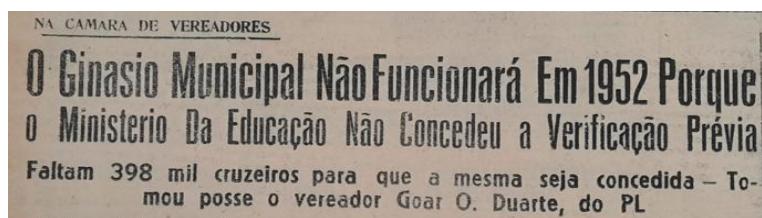
Em coluna publicada em nova edição, dessa vez em resposta a um dos leitores que reagiu crítico ao pessimismo do jornal, é reafirmada a opinião de que a alternativa mais curta para a existência de um ginásio gratuito, seria a municipalização do Ginásio Perseverança.

A discussão em torno do Ginásio Municipal gratuito e laico em Bagé destaca uma nova necessidade de cooperação entre diferentes níveis de governo e a comunidade educacional para superar obstáculos financeiros e burocráticos. Acontece que, percebe-se uma desmobilização na sociedade civil após a lei que cria o Ginásio Municipal, provavelmente pela expectativa de que essa seria a ação derradeira.

Além disso, conforme apontado anteriormente, o excesso de críticas presentes nas páginas do jornal criaria um entendimento que motivou o esclarecimento acima, rejeitando qualquer forma de apatia ou resignação em razão dos muitos desafios enfrentados no processo de viabilização do ginásio público.

Na matéria abaixo, um incômodo veredito pelo poder público: o ginásio criado em 1951 por lei municipal, não funcionaria também em 1952. O motivo era novamente a escassez financeira.

Figura 6 – “O Ginásio Não Funcionará em 1952” - Correio do Sul (14/02/1952)

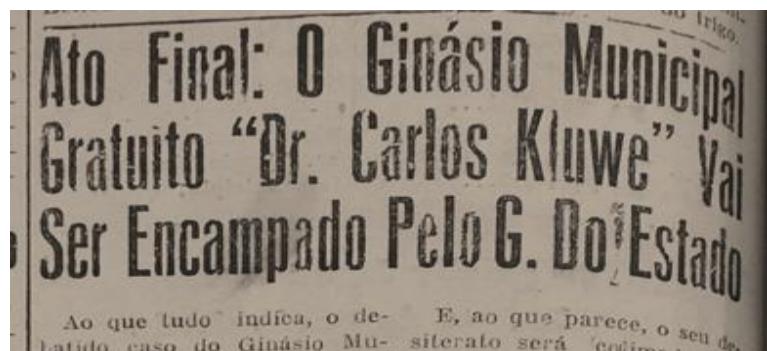


Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Para a concessão da verificação com apreço, são necessárias a construção e conclusão de várias obras do Ginásio Municipal, orçadas em Cr\$ 398.000,00, solicitados no atual pedido de crédito extraordinário, obstáculos esses impossíveis de serem vencidos ainda em 1952 (CORREIO DO SUL, 14 de fevereiro de 1952, p.6).

Em 19 de novembro de 1952, é noticiado o suporte do governo estadual que promete finalizar um longo período de incertezas em torno do projeto do ginásio. O anúncio não apenas soluciona um impasse histórico, como também chama atenção do jornal o fato de que, com essa definição, a prefeitura não mais teria que arcar com os altos custos de operação.

Figura 7 – “Ato Final” - Correio do Sul (19/11/1952)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Nota-se que a cobertura sobre a pauta do ginásio continua a ser feita constantemente nas páginas do Correio do Sul. Ao priorizar jornalisticamente os fatos na produção e seleção das notícias, há uma hierarquização dos valores-notícias. Segundo Wolf (2003), quando falamos sobre critérios de noticiabilidade no jornalismo, o interesse público representado pelo potencial de pessoas que determinada notícia pode atingir, é um dos principais critérios considerados pelos veículos. O que nos leva a entender que a sociedade continuaria encarando os trâmites envolvendo o Ginásio Municipal como uma prioridade à esta altura.

Ao mesmo tempo, é possível notar o envolvimento do Dr. João B. Fico, que sucedeu o Dr. Carlos Kluwe a partir de 1952, com o funcionamento do Ginásio. Neste momento, era preciso destravar o processo de encampação do Ginásio Municipal pelo governo do estado, para tê-lo em funcionamento da melhor forma possível: sem custos para a municipalidade.

Figura 8 – Prefeito vai a Porto Alegre Pleitear Favores - Correio do Sul (19/09/1952)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

A viagem do ilustre edil bageense não se prende, porém, a uma simples visita de cortesia ao Chefe da Nação e nem ao magnífico certame ruralista nacional, mas obedece a mais altos designios de finalidade administrativa. Assim, é que, em sua estada na capital do Estado, o Governador de Bagé tratará ali de transcendentais assuntos de interesse local, estando na agenda do seu "dossier" os seguintes problemas: (...) 9.º) - Encampação do Ginásio Municipal "Dr. Carlos Kluwe" pelo Estado (CORREIO DO SUL, 19 de setembro de 1952, p.4)

Ocorre que, os problemas envolvendo o funcionamento do ginásio ainda perdurariam por mais tempo. A seguinte matéria destaca a confusão em torno da Lei Municipal de criação e operação do ginásio, e faz um apelo para que estudantes que dependeriam das instalações educacionais não ficassem desamparados.

Parece haver uma confusão na interpretação da Lei Municipal e nas ações subsequentes do Prefeito e da Câmara de Vereadores. Pelo que foi citado, parece que a Lei foi aprovada pela Câmara de Vereadores, mas não foi sancionada pelo Prefeito. Além disso, há menção à autorização para o término das obras, mas não parece que essa autorização tenha sido efetivamente cumprida, pois não houve modificações no prédio nos últimos tempos. Considerando que há uma promessa formal por parte do governo do Estado em relação ao funcionamento do ginásio no próximo ano letivo, é preocupante que as obras não tenham sido concluídas até o momento. É importante tomar providências energéticas para garantir que os estudantes, especialmente os mais pobres, não sejam frustrados em seus objetivos educacionais. Ações concretas são necessárias em vez de apenas promessas (CORREIO DO SUL, 10 de novembro de 1953, p.3).

Na seguinte matéria, detalha-se a sessão extraordinária da Câmara de Vereadores de Bagé, focada na autorização para o convênio entre o Poder Executivo e a Secretaria de Educação do estado, visando a encampação do Ginásio Municipal. O objetivo da sessão foi a entrega de plantas do edifício e as discussões sobre a manutenção do nome e do corpo docente, além de facilitar a transição do ginásio para o controle estadual.

Figura 9 – Tramita Lei para Encampar o Ginásio Dr. Carlos Kluwe (18/03/1953)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

O documento seguinte revela as complicações surgidas entre as expectativas municipais e as condições estabelecidas pelo Estado, e vice-versa, particularmente em relação à proposta de nomeação do corpo docente do município sem que estes professores hajam feito o processo de ingresso no serviço público estadual. Fica evidente o desejo do prefeito municipal de que o corpo de docentes do município fosse assumido pelo governo estadual. Problema que o estado apontou como um dos entraves para a assinatura do termo. Além disso, a prefeitura pretendia dar continuidade em atividades de outras entidades educacionais que utilizavam parcialmente o local onde seria instalado o Ginásio. Fator que também foi refutado pelo governo estadual, conforme relata a matéria na íntegra:

Figura 10 – Impasse entre Secretaria de Estado e o Governo Municipal (14/04/1953)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Como é do conhecimento público, o Ginásio Municipal "Dr. Carlos Kluwe" está para ser encampado pelo governo do Estado. As demarches nesse sentido estavam sendo coordenadas pelo Poder Executivo de Bagé, pois quando da estada do Dr. João Batista Fico em Porto Alegre, o mesmo entrou em entendimentos diretos com a Secretaria de Educação e Cultura, que lhe forneceu a minuta do contrato a ser celebrado. Todavia, a Câmara de Vereadores, ao elaborar a lei respectiva que autorizava o governador da comuna a firmar o convênio, instituiu dispositivos que os órgãos técnicos daquela Pasta viram considerar como contrários ao espírito da letra do ajuste a ser assinado (CORREIO DO SUL, 14 de abril de 1953, p.2).

Aqui, mais uma vez, o jornal usa sua editoria para tecer críticas à prolongada e infrutífera discussão em torno da implementação do ginásio gratuito. Neste caso, com ironia, relata que o almejo da sociedade local há muito tempo parece girar em círculos, sem qualquer definição. O autor critica a municipalidade, apontando especialmente a tentativa de incluir o seu corpo docente na encampação do ginásio pelo Estado, fato que contribuiu para mais um entrave.

A frustração com a falta de avanço resulta, mais uma vez, na sugestão de uma solução alternativa: a ideia de encampar o Ginásio Perseverança, uma proposta vista como mais viável e menos controversa, haja visto que, segundo o jornal, o município sequer teria um ginásio para ser encampado, se não um prédio que fora comprado em ocasião de uma instalação que não aconteceu.

Figura 11 – “Ginásio Gratuito... Patatí... Patatá...” (16/04/1953)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

Confesso que, quando me propus a escrever novamente sobre este motivo de sempre, não pude deixar de dar um profundo bocejo, daqueles que nos provocam as coisas monótonas. Realmente, não há quem possa negar que esta história de Ginásio Gratuito está além de massante. No ano ante-passado se discutiu... No ano passado, se discutiu... Neste ano, se discutirá ainda. E sempre, as mesmas coisas. As mesmas decisões. E o mesmo ponto de chegada: O Caos [...] (CORREIO DO SUL, 16 de abril de 1953, p.5).

Ao final do ano de 1953, o Correio do Sul repercute a votação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul que aprovaria o convênio do estado com ginásios municipais de outras cidades. Bagé, ainda aguardava decisão. É importante salientar que, se o conceito de pioneirismo a nível de estado já não era possível ser associado ao Ginásio de Bagé no início dos trâmites, a esta altura, ainda menos. Este nível de ensino entraria em expansão por todo o Brasil, e faria com que outras iniciativas semelhantes ocorressem paralelamente em outras localidades.

A Assembleia deverá votar, amanhã, um projeto de decreto legislativo que aprova os convênios firmados entre o Estado e a direção dos ginásios de Caçapava do Sul e Rosário do Sul, para emancipação daqueles estabelecimentos. Até agora, porém, não foi trazido à Assembleia os casos dos ginásios de Bagé, Encruzilhada do Sul e Itaqui, devendo a matéria ser tratada na Assembleia brevemente, por ocasião de ser votado o projeto que abre créditos para os ginásios de Caçapava do Sul e Rosário do Sul (CORREIO DO SUL, 02 de dezembro de 1953, p.6).

Após as muitas matérias sobre os problemas que impediram, por meses, o Ginásio Gratuito de funcionar, o Correio do Sul deixa de noticiar algumas decisões derradeiras, como por exemplo, o momento em que o Ginásio fora efetivamente encampado pelo estado, se tornando "Ginásio Estadual".

Apenas em março voltaria a citar a referida instituição, dessa vez, com a divulgação de edital e aviso, que demonstra o pleno funcionamento da instituição para o ano de 1954.

No seguinte relato do "Correio do Sul" de 1955, a comunidade de Bagé celebra a já citada e programada formatura dos alunos do curso ginásial do Colégio Estadual. A solenidade foi marcada por homenagens ao Dr. Carlos Kluwe, reconhecido por seu papel fundamental no desenvolvimento do colégio.

Figura 12 – Solenidades de Formatura (22/12/1955)



Fonte: Acervo Físico do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda

O auditório do Colégio Estadual recebeu, anteontem à noite, uma compacta multidão que foi até lá para prestigiar a solenidade de entrega dos certificados aos concluintes do curso ginástico (...) neste 1955, foi instituído o galardão "Granjas Reunidas", ofertado por esta conceituada firma de nosso comércio, no valor de mil cruzeiros, que serão acrescidos de outros mil anualmente, destinados ao aluno mais completo de cada turma de formandos. O jovem Leonardo Dias Barcelos foi o ganhador de tão reluzente laurel em sua primeira conquista. O orador da turma foi o jovem gabrielense Jefferson Costa (...) e teceu considerações apologéticas ao Dr. Carlos Kluwe, grande baluarte das obras do Colégio Estadual. Passada a vez no Dr. Fernando Silveira Abbott, Paraninfo civil da turma de licenciados de 1955 do Colégio Estadual de Bagé, teve ensejo de gerar bonita peça oratória (...) Homenageou, com termos laudatórios, o propulsor do Colégio Estadual, Dr. Carlos Kluwe, a quem qualificou como um apaixonado pelos problemas do ensino, varão que soube cristalizar os anseios da juventude pobre de Bagé (...) Asseverou que o Colégio Estadual de Bagé é um educandário de conceito imposto perante a opinião pública da "Rainha da Fronteira" pelo alto padrão moral e cultural que retrata o seu corpo docente (CORREIO DO SUL, 22 de dezembro de 1955, p.5).

O evento final deste período de análises não apenas celebrou os sucessos dos alunos, mas também reafirmou o status do colégio como pilar de excelência na região, notoriedade que é lembrada e reconhecida até os dias atuais.

Considerações finais

O presente trabalho buscou compreender a trajetória do Colégio Estadual de Bagé, enfatizando o seu processo de implantação. Através da análise documental e historiográfica no Jornal Correio do Sul, foi possível confirmar não apenas a importância dessa instituição no panorama educacional local, como também destacar as dinâmicas gerais nos contextos sociais, políticas e culturais que influenciaram e resultaram de sua criação.

O Colégio Estadual de Bagé emergiu como resposta às demandas de uma sociedade em transformação, marcada pelos baixos índices educacionais, pela ascensão do capitalismo e de uma elite intelectual, bem como a consequente tentativa de incluir mais jovens de baixa renda neste nível de ensino. Sua criação, impulsionada pelos anseios da sociedade e a ambição visionária do então prefeito Kluwe, representou um marco na democratização do acesso à educação pública na cidade, uma vez que esta foi a primeira instituição a oferecer gratuitamente o 1º ciclo secundário, e durante período posterior, a única a ofertar o 2º ciclo secundário completo em toda a cidade. A concretização da instituição não apenas atendeu a uma das "maiores, mais antigas e mais justas aspirações da população bageense", como classificou o Jornal Correio do Sul, mas também estabeleceu um modelo de engajamento comunitário e mobilização social que perpassa por uma série de desafios, desde questões legais e burocráticas, até obstáculos financeiros e políticos.

É possível destacar diversos movimentos e iniciativas, de menor ou maior impacto, que fomentaram a demanda pela criação de um Ginásio Municipal, e posteriormente, sua encampação pelo governo do estado. Há registrado ocasião em que Luiz Mércio Teixeira, então prefeito de Bagé, chegou a instituir um ginásio leigo e gratuito no ano de 1941 - iniciativa que teve fim antes mesmo de ser concretizada, tendo o sucessor alegado que a municipalidade seria incapaz de bancar os custos de funcionamento. Em 1947, Ernani Romero encontrou apoio de todas as organizações de classes da cidade, levando a demanda à Assembleia Legislativa, encontrando apoio do deputado Lino Braun (PTB).

Em 1951, uma comissão organizadora foi formada e os créditos são direcionados às seguintes lideranças: José Moglia, Otávio Santos, Telmo Candiota da Rosa, Oscar Salis Filho, Camilo Gomes e prof^a Melanie Granier. Esta última, responsável pelo ginásio privado “Perseverança”, onde por muitas vezes demonstra voluntariedade para que este fosse adquirido pelo poder público e oferecesse gratuidade. O excesso de burocracias e as iniciativas que se organizavam em paralelo fizeram com que esta alternativa não fosse adiante.

Na Assembleia Legislativa, os deputados bajeenses Valdomiro Domingues (PTB) e Cândido Norberto (PL), defendem por diversas vezes a iniciativa, seja em plenário, seja em articulações com o governo do estado e demais parlamentares. Em 1951, o parlamentar do PTB chegou a apresentar Projeto de Lei Estadual para criar o ginásio gratuito em Bagé. Também se registram apelos e campanhas locais advindas de outros movimentos, como em um dos casos, do Grupo de Pais e Mestres formado por José Torres Rodrigues, Dr. Carlos Frederico Moritz, vereador Zoroastro Lamote e major João Alves. Outra comissão que articulou a ideia era formada por José L. Rodrigues, presidente do Círculo de Pais e Mestres do Grupo Escolar 15 de Novembro, e pelo major Obino Alvares e dr. Carlos Frederico Moritz, presidente e membros do Círculo de Pais e Mestres do Grupo Escolar Silveira Martins.

Registra-se, também, a participação de Eurico Salis, presidente da Sociedade dos Amigos de Bagé, em episódio em que direciona apelo às autoridades estaduais, em prol do Ginásio gratuito. O vereador Iolanda Machado, por mais de uma vez, também encaminha pedidos ao governo do estado desde à Câmara Municipal. E posteriormente, ainda que registre-se a perda de fôlego da iniciativa na transição para o governo do Prefeito João B. Fico, cabe ressaltar que, a iniciativa é de fato concretizada durante o seu mandato, e há registro de suas articulações em prol da concretização deste objetivo.

Por fim, é imprescindível destacar que uma das iniciativas derradeiras tenha sido a aquisição do Palacete Pedro Osório pelo então prefeito Dr. Carlos Kluwe. Em sua gestão ainda institui-se a lei que cria o Ginásio Municipal de Bagé. Embora inicialmente o prédio não tenha cumprido seu propósito devido aos tantos desafios, sobretudo de ordem econômica, torna-se, por anos, a única representação concreta de um Ginásio Municipal, cujo anseio maior era cedê-lo ao poder estadual. É possível afirmar que, sem a aquisição do Palacete, a chegada do ensino secundário gratuito seguramente teria sido retardada por algum tempo em Bagé. Ao deixar o cargo de prefeito, Kluwe ainda acompanhou o andamento do processo até a sua efetivação, exercitando suas relações com autoridades do estado e colocando-se como o principal protagonista do processo de fundação do Colégio. Posteriormente, em homenagem, sendo proclamado patrono da instituição.

A instituição não apenas cumpriu seu papel educacional, como também contribuiu significativamente para o desenvolvimento social e cultural de Bagé. Durante os primeiros anos, a instituição conquistaria amplo prestígio na sociedade local, pela qualidade e rigor do ensino. Coitinho (2016) aborda o relato de que o Colégio Carlos Kluwe, após a sua origem, detinha a massa crítica da intelectualidade da cidade. Embora a democratização do ensino tenha sido uma das bandeiras do surgimento desta instituição, os rígidos exames de admissão ainda seguiram representando um entrave para o ingresso de estudantes menos favorecidos. Nos primeiros anos, este permaneceria como um espaço elitizado e ocupado por um grande número de alunos advindos da rede privada.

Ao finalizar este estudo, é evidente que o Colégio Estadual de Bagé, em suas diversas denominações, transcendeu sua função original de fornecer educação secundária gratuita. Tornou-se um símbolo de transformação social, refletindo as mudanças e continuidades na história educacional de Bagé. As lições aprendidas com sua história são valiosas não apenas para a comunidade, mas também para o entendimento dos desafios e potencialidades da educação pública no país, destacando a importância de movimentos e demandas locais na moldura da história educacional brasileira. É preciso ressaltar, também, que a proposta foi

favorecida pelo contexto de expansão do ensino no Brasil, fato que foi determinante para a encampação do Ginásio pelo governo estadual, fenômeno que passou a se popularizar ainda mais na década seguinte.

Com a narrativa deste marco para a educação no contexto de Bagé, podemos considerar que este trabalho contribuiu com êxito suas contribuições para a área da História da Educação do município.

Referências

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil (Ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 86, n. 212, 2005. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.86i212.849>

ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira república: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*, p. 95-122, 2007.

BASTOS, Maria Helena Camara. O que é a história da educação no Brasil hoje? *Tempos de reflexão. Espacio, Tiempo y Educación*, 2016.

BICA, Alessandro Carvalho. *A organização da educação pública municipal no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS*. 2013.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. *Acta Scientiarum. Education*, v. 34, n.2, p.157-168, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.17497>

CARNEIRO, José Reinaldo Antunes; CHAVES, Niltonci Batista. O USO DO JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA: Um estudo do jornal “O Tibagi” In. *Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE*, v. 1, p. 1-16, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In.: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa*. 2008.

CHARTIER, Roger. Debate: literatura e história. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001006>

COITINHO, Éderson Perera. *Os movimentos literário-teatrais em Bagé/RS na década de 1970: a luta contra a censura e a repressão*. 2016.

COSTA, Alfredo Rodrigues. da. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, v. 2, 1922.

CORREIO DO SUL. *Dificuldades ao Ensino*. Bagé, 08 dez. 1950. p.3

CORREIO DO SUL. *Dificuldades ao Ensino*. Bagé, 08 dez. 1950. p.3

CORREIO DO SUL. *Ginásio Municipal Gratuito*. Bagé, 04 mar. 1951. p.3

CORREIO DO SUL. *Ginásio Municipal em Bagé*: Projeto de Lei do Deputado Valdomiro Domingues. Bagé, 07 mar. 1951. p.6

CORREIO DO SUL. *Ginasio Gratuito Para Bagé*. Bagé, 08 mar. 1951. p.3

CORREIO DO SUL. *Ginasio Gratuito para Bagé*: Está na hora da conjugação de esforços para sua obtenção. Bagé, 11 mar. 1951. p.2

CORREIO DO SUL. *Um Ginásio Gratuito Para Bagé*. Bagé, 14 mar. 1951. p.3

CORREIO DO SUL. *Continua em Plena Marcha o Movimento em Prol de um Ginásio Gratuito Para Bagé*. Bagé, 15 mar. 1951. p.4

CORREIO DO SUL. *Um Ginásio Gratuito Para Bagé*. Bagé, 04 mai. 1951. p.2

CORREIO DO SUL. *Lei Municipal n. 153*. Bagé, 14 jun. 1951. p.2

CORREIO DO SUL. *Auxilio do Governo do Estado Ao Ginásio Municipal*. Bagé, 06 dez. 1951. p.8

CORREIO DO SUL. *O Edifício do Ginásio Municipal, Seu Oportuno Aproveitamento*. Bagé, 05 jan. 1952. p.5

CORREIO DO SUL. *O Ginásio Municipal Não Funcionará em 1952 Porque o Ministerio Da Educação Não Concedeu a Verificação Prévia*. Bagé, 14 fev. 1952. p.6

CORREIO DO SUL. *Instituto de Educação de Bagé*. Bagé, 21 jun. 1952. p.6

CORREIO DO SUL. *O Dr. João B. Fico, Prefeito Municipal, vai a Porto Alegre Pleitear Favores para Bagé*. Bagé, 19 set. 1952. p.4

CORREIO DO SUL. *Ato Final: O Ginásio Municipal Gratuito "Dr. Carlos Kluwe" Vai Ser Encampado Pelo G. Do Estado*. Bagé, 19 nov. 1952. p.6

CORREIO DO SUL. *Ginásio Dr. Carlos Kluwe*. Bagé, 10 nov. 1953. p.3

CORREIO DO SUL. *Tramita Na Casa o Projeto De Lei Para a Encampação, Pelo Estado, Do Ginásio Dr Carlos Kluwe*. Bagé, 18 mar. 1953. p.6

CORREIO DO SUL. *A Secretaria De Educação Considerou Feridos Os Termos Do Governo Sobre o Ginásio Municipal Dr. Carlos Kluwe*. Bagé, 14 abr. 1953. p.2

CORREIO DO SUL. *Ginásio Gratuito... Patati... Patatá.... Bagé*, 16 abr. 1953. p.5

CORREIO DO SUL. *O Caso Dos Ginásios Municipais*. Bagé, 02 dez. 1953. p.6

CORREIO DO SUL. *Expressivo Desenvolvimento Tiveram As Solenidades de Formatura No Colégio Estadual de Bagé*. Bagé, 22 dez. 1955. p.5

CURY, Carlos Roberto Jamil. O ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas. *Educ. Rev*, p. 73-84, 1998.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, v.32, n.2, p.185-191, 2009.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer.*

FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. Inventário Cultural de Bagé: um passeio pela história. *Porto Alegre*: Evangraf, 2005.

GATTI JR., Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. *Revista Educação em Questão*, v. 28, n. 14, 2007.

GERTZ, René Ernaini. História Geral do Rio Grande do Sul, volume 4—República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985). *Passo Fundo*: Méritos Editora, 2007.

GIL, Natália de Lacerda. A escolarização na cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. Souza, org. José Edimar de (Org.). *Escola no Rio Grande do Sul (1889-1950): ensino, cultura e práticas escolares*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2020. P. 130-152, 2020.

GONÇALVES, Magali Nocchi Collares. *Arquitetura bajeense: o delinear da modernidade: 1930-1970*. 2006.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro. EDUCAÇÃO POPULAR E ESTADO AMPLIADO NO BRASIL (1945-1964). *Revista Novos Rumos*, v. 58, n. 2, p. 97-108, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2021.v58n2.p97-108>

IPHAN – DOSSIÊ DE TOMBAMENTO – *REGIÃO PLATINA DO RIO GRANDE DO SUL – O Avanço da Fronteira Meridional (Conjunto Histórico e Paisagístico de Bagé)* DEZ/2009

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. *Bagé: relatos de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

JOSGRILBERT, Alessandra Viegas. *Escolarização na fronteira Brasil Paraguai: 1901-1927*. 2015.129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Revista Escritas*, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão. *Bagé Novos Relatos de Sua História*. Porto Alegre/RS, 2000.

LEMIESZEK, Cláudio de Leão; GARCIA, Elida Hernandes. Primazias de Bagé: Um guia incompleto. *Bagé: Urcamp*, p. 158, 2013.

LINARES DE OLIVEIRA SCANDELAI, Aline. A POLITICA DE EDUCAÇÃO NO PERÍODO POPULISTA-DESENVOLVIMENTISTA (1945–1964). In: *Colloquium Humanarum*. 2011.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. *Imprensa e cidade*. Unesp, 2006.

PIMENTA, Marcelo et al. 60 anos de legalidade: como o jornal Correio do Sul defendeu seu posicionamento com a produção de discursos simbólicos de patriotismo. *Humanidades em Perspectivas*, v. 3, n. 7, p. 119-141, 2021.

PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempos, espaços e organização do trabalho escolar em três expressões de governos autoritários brasileiros: 1931, 1961 e 1971-estudo histórico-jurídico comparado do ensino secundário. *Educar em Revista*, p. 67-83, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602014000100006>

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). *História geral do Rio Grande do Sul*, v. 2, 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira. A Política de Educação no Período Populista–Desenvolvimentista In: *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207. p. 22-33. 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação*, v.13, p.502-516, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300007>

VIEIRA, Letícia. Classes experimentais secundárias de instituições públicas de ensino do estado de São Paulo: um estudo sobre formas de circulação e apropriação de práticas pedagógicas (1951-1962). 2020. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. Trad. Karina Jannini. 2003.